



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS  
PROPOSTAS DE PLANO ANUAL REGIONAL  
PARA 2019, ORÇAMENTO DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2019.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 3931	Proc. n.º 102/30/19
Data: 07/11/2019	N.º 102/30/19

**HORTA, 07 e 08 de Novembro de 2019**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**CAPÍTULO I**

**INTRODUÇÃO**

- 1 - A Comissão de Política Geral, ao abrigo do disposto no artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reuniu na sede da ALRAA, na cidade da Horta, nos dias 07 e 08 de novembro de 2018, a fim de emitir o seu parecer sobre as propostas de Plano Anual Regional para 2019, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2019.
- 2 - O parecer diz respeito às competências da Comissão de Política Geral nas áreas da Administração Pública, Regional e Local; Ordem Pública e Proteção Civil; Comunidades Açorianas; Construção Europeia; Tratados e Acordos Internacionais; Habitação, Equipamentos e Urbanismo.
- 3 - O parecer fundamenta-se na análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas, na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam, bem como nos pareceres dos parceiros sociais.
- 4 - A dotação financeira dos diversos programas em análise é a seguinte:
  - a) Programa 1 – (Competitividade; Emprego e Gestão Pública)
    - Projeto 1.4 – Modernização Administrativa – 830.000 €
    - Projeto 1.5 – Informação de interesse público ao cidadão – 3 150 000 €.
    - Projeto 1.6 – Serviços sociais – 170 000 €.
    - Projeto 1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais – 530.000 €.
  - b) Programa 10 – Habitação e Renovação Urbana – 19. 225. 633 €.
  - c) Programa 12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil – 9 303 432 €.
  - d) Programa 14 – (Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas)
    - Projeto 14.1 – Construção de Estradas Regionais – 35. 660. 452 €.
    - Projeto 14.2 – Reabilitação de Estradas Regionais – 10. 198. 235 €.
    - Projeto 14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária – 1.770.680 €.
    - Projeto 14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER – 1.490.000 €.
    - Projeto 14.11 – Laboratório Regional de Engenharia Civil – 764. 948€.
    - Projeto 14.12 – Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos – 1. 400.000 €.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Projeto 14.13 – Cooperação com diversas entidades – 2. 100. 000 €.

e) Programa 16 – (Comunidades e Cooperação Externa) – 831. 352 €.

5 – Foram efetuadas as seguintes audições, conforme Relatórios em anexo:

- a) Vice-Presidente do Governo Regional.
- b) Secretária Regional da Solidariedade Social.
- c) Secretário Regional da Saúde.
- d) Secretária Regional dos Transportes e Obras Publicas.
- e) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

**CAPÍTULO II**  
**PARECER**

A Comissão de Política Geral, baseada na apreciação dos documentos apresentados e nas audições efetuadas aos Membros do Governo Regional que tutelam as áreas da competência da Comissão, deliberou aprovar, por maioria as propostas de Plano Anual Regional para 2019, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2018, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com a abstenção e reserva para plenário dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e da representação Parlamentar do PCP, o Grupo Parlamentar do BE tem assento na Comissão, sem direito a voto.

**Horta, 08 de novembro de 2018**

**O Relator**

**Bruno Belo**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**

**António Soares Marinho**



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**ANEXO  
AUDIÇÕES**

**Dia 07 de novembro de 2018**

**AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL**

O Vice-Presidente do Governo Regional fez uma apresentação genérica das áreas da sua tutela que se inscrevem nas competências desta Comissão.

Quanto à Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional, pretende-se consolidar os projetos em curso e prosseguir com ações visando a modernização administrativa e a simplificação administrativa, com especial enfoque na rede RIAC.

O Deputado Bruno Belo interveio para questionar o Vice-Presidente do Governo Regional relativamente ao impacto orçamental que terá a revisão da remuneração complementar e quantos funcionários serão abrangidos.

O Vice-Presidente respondeu que serão abrangidos todos os funcionários que se enquadram nos escalões da remuneração complementar, acrescentando que a revisão terá caráter retroativo a 1 de janeiro de 2018 e que neste momento não se consegue saber o impacto orçamental, na medida em que terá que ser conhecido o aumento dos vencimentos da função pública a nível nacional e só depois será conhecido esse valor.

O Deputado António Lima questionou, tendo em conta a proposta que está no orçamento, qual seria o valor do aumento nominal da remuneração complementar para um trabalhador que auferir o salário mínimo e para um trabalhador que auferir o salário máximo abrangido pela remuneração complementar, nas condições atuais sem aumentos salariais e com a variação do IPC atual.

O Vice-Presidente respondeu que sem se saber qual é o aumento de rendimento e sem se saber qual poderia ser o escalão onde ficaria integrado não se pode fazer uma estimativa correta, até porque no limite poderia levar a que um funcionário situado num escalão superior poderia vir a auferir um rendimento inferior ao de alguém situado num escalão inferior.

O Deputado Marco Costa questionou se no valor inscrito no Plano para Cooperação com Autarquias Locais havia verbas comprometidas.

O Vice-Presidente respondeu que o valor não está comprometido e que se destina a ser executado em eventuais ocorrências.

O Deputado Jorge Paiva questionou se está prevista atualização das carreiras dos funcionários públicos decorrentes da valorização académica.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

O Vice-Presidente respondeu que os valores inscritos se destinam ao Plano e não às carreiras dos funcionários públicos.

A deputada Sónia Nicolau interveio, referindo o investimento na medida 1, focalizando aquele que é o aumento de mais de 18% comparativamente com o ano anterior. A deputada questionou o Vice-Presidente relativamente à medida 1.4. relativamente à modernização da Administração Pública.

Em resposta, o Vice-Presidente referiu que a modernização da administração pública não se processa unicamente pelo investimento desta rubrica.

Em réplica, a deputada referiu que compreende que é preciso o envolvimento de todos os setores da administração pública para inovar procedimentos e contribuir para a modernização, mas face ao referenciado na rubrica 1.4, solicitou a clarificação se nessa mesma rubrica é pretendido a disponibilização de serviços em linha para o cidadão em qualquer serviço da Administração Pública Regional, evitando solicitar constantemente os dados dos cidadãos, sendo esta uma mais-valia da modernização, desmaterialização de procedimentos e da facilitação entre o cidadão e a Administração Pública Regional.

O Vice-Presidente referiu que a partilha de informação, por via da nova regra de acesso aos dados pessoais, é muito limitada.

O Deputado João Paulo Corvelo, questionou como pretende o Governo, com o Plano para 2019, acabar com os abusos na utilização de pessoas em programas ocupacionais a desempenharem funções de assistentes operacionais.

O Vice-Presidente respondeu que o Governo pretende acabar com essa situação quando desencadeia os procedimentos concursais para 762 vagas e também com a apresentação do mapa de registos globais.

O Deputado José San-Bento questionou o Vice-presidente relativamente ao financiamento registado em outros fundos destinado à RIAC, questionando quais eram estes fundos e qual a taxa de comparticipação.

O Vice-Presidente respondeu que se destinam à substituição dos quiosques existentes nas lojas e que os fundos têm uma componente FEDER.

O Deputado Bruno Belo voltou a intervir para questionar se o Governo tem prevista a abertura de novas lojas da RIAC e se todas as vagas, das 762 anunciadas pelo Governo, já foram abertas na BEPA.

O Vice-presidente respondeu que não vão ser abertas mais lojas da rede RIAC e que todas as vagas estão na BEPA.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

### **AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

A Secretária Regional fez uma abordagem genérica sobre as matérias da competência da Comissão.

Destacando que o Plano para 2019 reflete um forte reforço ao nível da Promoção de Habitação Reabilitação e Renovação Urbana com o objetivo de aumentar a oferta de habitação, através de:

1. Cedência de terrenos e lotes da Região a promotores privados, para construção e comercialização e/ou arrendamento de habitação a custos controlados;
2. A cedência de lotes infraestruturados às famílias que pretendem construir a sua habitação;
3. A atribuição de imóveis ou frações em regime de arrendamento com opção de compra através de concurso público.

Pretendemos ainda alterar o DLR que regula a atribuição de apoios à Habitação Degradada:

- Alterando as condições de apoio à recuperação de HD;
- Promovendo a recuperação de segundas habitações para colocar no mercado de arrendamento a baixo custo.

Famílias com Futuro: manter o IA e a GCH

Manter a colaboração com as autarquias locais, designadamente através de contratos ARAAL nas seguintes áreas:

- Habitação Social
  - Habitações em zonas de risco
1. Protocolos para recuperação de HD

Este Plano é marcado também pelo encerramento da SPRHI:

1. Redução do Plano da DRH por assunção do ORAA dos encargos com o Sismo;
- Continuidade dos processos de empreitada do Bairro Joaquim Alves (nossa Sra. de Fátima) e Terra-Chã.

O Deputado José San-Bento interveio, saudando o Governo pelo esforço em disponibilizar habitação aos Açorianos a custos acessíveis, questionou se esse esforço terá uma incidência maior nas zonas citadinas ou não e como pretende o Governo fazer do ponto de vista jurídico para dar resposta ao problema da habitação nas cidades.

A Secretária da Solidariedade Social respondeu que o fim da SPRHI tem um impacto na gestão do parque habitacional da DRH e referiu que já existiam fogos na responsabilidade da DRH,



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

bem como a gestão normal do seu funcionamento. Acrescentou que a transferência das habitações será feita pelas regras concursais da Administração Pública e que não antevê qualquer conflito. Referiu ainda que o programa de habitação degradada e infestada por térmitas terá maior incidência cidadina porque é onde existem maiores problemas. Para além disso, o Governo pretende também permitir o acesso de famílias que possuem mais uma habitação, e que não têm a possibilidade de a reabilitar, que o possam fazer e que estas casas, uma vez reabilitadas, sejam disponibilizadas para o arrendamento de longa duração e destinadas a famílias com dificuldades financeiras e que estejam em condições de serem apoiadas.

O Deputado Manuel Pereira questionou a que se deve a redução no programa 10.1.1, e tendo em conta o aumento das verbas destinadas a habitações em zonas de risco, se estão identificadas essas zonas.

A Secretária da Solidariedade Social respondeu que a redução do programa 10.1.1 consiste na estimativa dos valores referentes aos contratos existentes e às novas candidaturas, respondendo ainda que as zonas de risco são em S. Miguel e nas Ribeiras do Pico.

O deputado Marco Costa questionou se o modelo das habitações a construir nas Ribeiras do Pico já está definido e se neste plano já estão inscritas verbas destinadas ao bairro de Santa Rita.

A Secretaria da Solidariedade Social respondeu que o Modelo das habitações das Ribeiras é igual ao que foi construído em S. Miguel Arcanjo. Relativamente ao Bairro de Santa Rita referiu que esse processo está a ser liderado pela Camara Municipal da Praia da Vitória e que neste momento decorre um levantamento para aferir quais as famílias que tem condições de adquirir os terrenos e, deste modo, o Plano não contempla esse valor porque não se sabe.

O Deputado Marco Costa voltou a questionar se esse problema tem enquadramento naquilo que existe na DRH ou se vai haver algum programa específico.

A secretária da Solidariedade Social respondeu que o Governo está aberto a resolver essa situação de forma isolada, pela sua especificidade.

O Deputado António Lima interveio, questionando se o programa Famílias com Futuro é o principal programa de apoio ao arrendamento da região e tem duas medidas distintas. Qual a dotação para cada um dos subprogramas: Incentivo ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas para residência permanente e resolução de situações de grave carência habitacional.

A Secretaria Regional da Solidariedade Social respondeu que a proposta só foi apresentada agora porque a nível nacional estava a ser implementada uma nova legislação e que estas podiam conflitar. Acrescentou que nas Calhetas já estão resolvidas as situações de 24 das 27 famílias e que as 3 que não estão resolvidas se deve ao facto de não terem aceite a solução



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

proposta pelo Governo. Respondeu, ainda, que relativamente às Famílias com Futuro o valor corresponde aos contratos existentes e às candidaturas existentes.

O Deputado Jorge Paiva questionou se está prevista a informação aos cidadãos de todas as fases da sua candidatura para que estes possam estar sempre atualizados.

A Secretária Regional da Solidariedade Social respondeu que já foram tomadas diligências designadamente de colaboração com as Juntas de Freguesia e também é disponibilizado um documento onde estão definidas todas as fases do processo e a documentação necessária.

### **AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE**

No âmbito da Proteção Civil, área integrada na orgânica da Secretaria Regional da Saúde, o Secretário Regional informou a Comissão das principais linhas de ação para o ano de 2019.

Começou por referir que no Programa 12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil, há um reforço do investimento em 32%, e que com este valor é possível concluir o quartel de Bombeiros das Lajes do Pico e iniciar a construção dos quartéis do Faial e da Povoação.

Acrescentou que esse esforço de investimento vai também permitir a aquisição de 20 ambulâncias destinadas a todas as Associações de Bombeiros e também reforçar o investimento em equipamento de resgate em infraestruturas colapsadas.

Referiu ainda que o facto de o SRPCBA possuir nos seus quadros formadores certificados permitiu aumentar a formação dos Bombeiros sem aumentar os custos inerentes.

O Deputado João Paulo Corvelo questionou o motivo por que as verbas inscritas para a formação são tão reduzidas e como pensa o Governo permitir que as pessoas com dificuldade auditiva possam aceder à Linha de Saúde. Questionou ainda sobre o funcionamento da viatura SIV nas ilhas do Faial e Pico e sobre o alargamento do horário de funcionamento da secção destacada das Lajes das Flores, bem como a instalação da secção destacada da Piedade no Pico.

O Secretário Regional da Saúde respondeu que, como já tinha referido, a redução das verbas na formação deve-se ao facto do SRPCBA ter nos seus quadros formadores certificados, o que permite otimizar recursos. Relativamente à Linha de Saúde referiu que o Governo está aberto a essa possibilidade, através dos registos de mensagens e do programa Cervantes, reencaminhando para um intérprete de linguagem gestual. Acrescentou que existe um protocolo em vigor com a Associação de Surdos de S. Miguel.

Em relação à viatura SIV referiu que o regulamento que está a ser elaborado tem de ter em conta as ilhas em que não vão existir as viaturas SIV, que este serviço será efetuado com a instalação do equipamento numa ambulância e que o Governo está em conversações com a





**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Associação de Municípios da Ilha do Pico na procura de uma solução para mais uma unidade SIV. No que diz respeito ao alargamento do funcionamento da secção destacada das Lajes das Flores, referiu que o problema tem a ver com a falta de Bombeiros e pode ser parcialmente resolvido com os novos elementos que estão em recruta.

O Deputado Manuel Pereira solicitou esclarecimento sobre o aumento relativamente ao ano anterior referente ao CIVISA. O Secretário Regional da Saúde respondeu que os custos de funcionamento do CIVISA serão assumidos na sua totalidade pelo Governo, garantindo a sua estabilidade e funcionamento pela sua importância.

O Deputado José San-Bento interveio, lembrando que na sequência do inquérito mandado instaurar pelo Presidente do Governo, este emitiu um despacho que impunha ao Secretário Regional da Saúde a resolução de um conjunto de procedimentos em 30 e 60 dias e questionou o ponto de situação.

O Secretário Regional da Saúde respondeu que tudo o que tinha sido solicitado em 30 dias estava em fase de conclusão e seria entregue dentro do prazo e de seguida seria dada resposta às outras questões.

O Deputado Marco Costa questionou se estava prevista a aquisição de alguma embarcação destinada à busca e salvamento e, tendo em conta que a candidatura para aquisição da segunda viatura terá sido reprovada, o que está o Governo a fazer para resolver esta situação.

O Secretário Regional da Saúde respondeu que não está prevista a aquisição de uma embarcação para busca e salvamento, relativamente à aquisição da segunda viatura SIV respondeu que na visita estatutária teve a oportunidade de propor a Associação a instalação do equipamento numa ambulância e que ainda não obteve resposta.

O Deputado Carlos Ferreira questionou se a verba destinada a SIV é suficiente ou se terá que haver algum reforço quando o regulamento estiver em vigor. Questionou ainda se as Associações têm verbas próprias para a reparação de viaturas, tendo em conta o reduzido valor inscrito no Plano.

O Secretário Regional respondeu que o Serviço de Proteção Civil possui um orçamento privativo, cujas receitas advêm dos seguros e que se destinam a fazer face a essas situações de acordo com as prioridades.

O Deputado António Lima questionou o que pensa o Governo fazer para colmatar a falta de enfermeiros nas viaturas SIV e se o Governo tem conhecimento de que o heliporto da Ribeira Quente serve para parque de estacionamento.

O Secretário Regional da Saúde respondeu que não existe do ponto de vista formal um heliporto na Ribeira Quente e que aquele espaço está destinado a aterragem de um helicóptero em situações de emergência e que não necessita de certificação. Relativamente à falta de



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

enfermeiro referiu que o Governo está a formar mais enfermeiros e que essa gestão de enfermeiro nas viaturas SIV irá passar pelos hospitais.

O Deputado Jorge Paiva questionou qual o destino do terreno da região na Ribeira Seca em S. Jorge que tinha sido adquirido para construir um heliporto.

O Secretário Regional da Saúde respondeu que está a ser elaborado um concurso para ser vendido.

### **Dia 08 de novembro de 2018**

#### **AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**

A Secretária Regional informou a Comissão das principais orientações estratégicas relativamente aos projetos do Programa 10 - Obras públicas, tecnologias de informação e comunicações – No que a obras públicas e tecnologias de informação e comunicações se refere, a proposta de plano contém um valor total de investimento público de 58.805.128€, mais 2.549.025€, que corresponde a cerca de 4% face a 2018, repartido da por 4 grandes rúbricas, a saber:

1. Construção de Estradas Regionais, onde se inclui o contrato de concessão da SCUT em São Miguel, a conclusão da obra de acesso ao Porto de Vila Franca e o lançamento do concurso para o acesso entre Furnas e Povoação – num investimento de cerca de € 35.6M
2. Construção, conservação e reabilitação de estradas regionais, nas nove ilhas dos Açores, num investimento de cerca de € 10.2M
3. Valorização paisagística de zonas adjacentes à Rede Viária Regional - num investimento de cerca de € 1.5M
4. Intervenções em edifícios públicos - num investimento de cerca de € 1.400.000
5. Tecnologias e sistemas de informação e comunicações – num investimento de cerca de € 7.190.960 acessibilidade e a mobilidade no interior de cada uma das ilhas é fundamental para garantir o desenvolvimento e a coesão social, económica e territorial da Região. Neste sentido, o Governo dos Açores propõe-se, em 2019, a dar continuidade aos investimentos ao nível dos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento e reforçar a melhoria das condições de segurança e conforto nas vias regionais.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Exemplo: construção do Ramal da ER 6 – 2.ª São Carlos, Terceira; reabilitação da ER 1 – 2.ª entre o Aeroporto e a Ribeira do Almeida - € 1.239.000

Na execução deste Plano de investimentos haverá um esforço no sentido de incorporar nos projetos e intervenções a utilização de materiais endógenos regionais, de forma a materializar também o objetivo de aumentar a estabilidade, a qualidade e a competitividade global do setor da construção civil e obras públicas e a promoção da criação de valor e sustentabilidade da fileira da construção.

Paralelamente, a SRTOP investirá no reforço da capacitação técnica dos seus serviços, para que possam ser rentabilizados os recursos existentes, dignificando assim a capacidade de conceção, planeamento e de execução dos respetivos serviços.

O objetivo passa também pela uniformização dos procedimentos de planeamento, contratação, gestão e execução de todos os investimentos em obras públicas promovidos pelo Governo dos Açores, que estão sujeitos ao procedimento de concurso público.

Acresce que a comunicação entre o sector e a administração pública deverá acontecer, privilegiadamente, por via digital, através da Plataforma de Contratação Pública.

O Plano de 2019 promove ainda a otimização e rentabilização de recursos da Região Autónoma dos Açores, através de medidas como:

- O reforço das parcerias com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e outras Instituições, por forma a qualificar e manter espaços e infraestruturas públicas que sirvam a comunidade;
- A promoção da reabilitação e requalificação de edifícios públicos, espaços, equipamentos e vias de comunicações, para que seja possível garantir que o tempo de vida útil seja o maior possível;
- O reforço da disponibilização de apoio técnico, de aconselhamento sobre recursos, programas e medidas de apoio, de instrumentos de ordenamento do território e de locais e áreas de intervenção prioritária no âmbito da regeneração e reabilitação urbana;

O Deputado Luís Rendeiro começou por referir que está a haver um retrocesso na utilização de materiais endógenos e questionou se o Governo está em condições de fazer uma avaliação ao impacto na economia Açoriana da utilização dos materiais endógenos utilizados nas obras públicas. Questionou também qual a possibilidade do Governo se desonerar parcialmente do



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

custo da iluminação pública, tendo em conta que o Governo é o acionista maioritário da empresa produtora de energia nos Açores. Questionou ainda, o facto de os valores inscritos no Plano não acompanharem a exigência ao nível da sinalização, sobretudo nas estradas interiores sujeitas a condições climatéricas mais adversas e recordou que o GP do PSD no ano passado apresentou uma proposta de alteração que visava valorizar a paisagem.

A Secretária Regional respondeu que não considera que tenha existido um retrocesso na utilização de materiais endógenos e que quem está incumbido de atualizar o catálogo é o LREC, considerando que uma avaliação deve ser feita do ponto de vista económico e do ponto de vista ambiental e que essa avaliação ainda não foi feita. Relativamente à iluminação pública referiu que não vê possibilidade de desoneração dos custos. No que diz respeito à sinalização referiu que no ano anterior foi feito um grande esforço em sinalização de pavimento e sinalização vertical, esse investimento terá continuidade este ano e deu como exemplo o facto de colocar 700 sinais em 2019 na ilha Terceira. Acrescentou ainda que a valorização paisagística terá continuidade e que através de administração direta as zonas adjacentes à estrada estão a ser cuidadas.

O Deputado Luís Rendeiro considera que a sinalização de pavimento teve uma maior incidência nas zonas urbanas, mas que, contudo, as estradas do centro da ilha têm um desgaste maior e questionou o porquê do miradouro da Urzelina não avançar.

A Secretária Regional respondeu que a execução da sinalização de pavimento foi feita de acordo com as prioridades. Respondeu também que os miradouros que vão ser alvo de reabilitação são os miradouros das Pedras Brancas, Ramalde acesso aos Rosais, miradouro da transversal e miradouro de S. Pedro

O Deputado Manuel Pereira questionou qual a intervenção de reabilitação na igreja do Carmo.

A Secretária Regional respondeu que consiste na recuperação do seu interior.

O Deputado José San- Bento questionou quando ficava pronto o acesso ao porto de Vila Franca do Campo. Questionou também quais são os investimentos a realizar no Faial e questionou ainda se o Governo tem equacionado a requalificação do acesso a Caloura pela zona poente.

A Secretária Regional respondeu que os investimentos no Faial consistem em reabilitar a zona entre o KM 45 e 46 em Pedro Miguel, concordou com o referido sobre o acesso à Caloura e que o investimento total é de 100.000 euros e que este ano serão executados 25%.

O Deputado Marco Costa constatou que a circular à Madalena não consta do Plano e questionou o ponto de situação.

A Secretária Regional considera que não entende a dúvida porque já no ano anterior tinha anunciado que esse investimento já não iria acontecer.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA PARA AS**  
**RELAÇÕES EXTERNAS**

O Secretário Regional começou por afirmar que, no âmbito dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, este ano assume-se como um ano muito importante em vários domínios, especialmente porque está em discussão o novo quadro financeiro plurianual, que considera fundamental para os Açores. Considerou que seria muito importante a Comissão de Política Geral fazer uma reunião em Bruxelas como forma de mostrar a sua preocupação com o a negociação do próximo quadro e no interesse comum. Referiu também que constitui uma grande preocupação a alteração da postura da UE na gestão dos fundos destinados à coesão, designadamente o facto de retirar aos estados membros a capacidade na gestão de uma parte significativa de fundos destinados à coesão. Acrescentou que as taxas de cofinanciamento também podem reduzir de 85% para 70%.

Referiu ainda que haverá um impacto no orçamento europeu decorrente da saída do Reino Unido e que o papel lobby em Bruxelas servirá para antecipar aquilo que são as intenções dos deputados ao Parlamento Europeu.

Referiu a importância da Conferência das Regiões Ultraperiféricas no sentido de influenciar a decisão e, no que diz respeito à Macaronésia, referiu que é uma porta enorme que se abre aos Açores do ponto de vista comercial.

O Deputado Marco Costa questionou que na transição de um quadro para o outro há sempre algum sobressalto e se, nessa alteração que está eminente, tal poderá acontecer.

O Secretário Regional concordou que os momentos de transição são sempre momentos difíceis e referiu que existe o risco do quadro financeiro plurianual não ser aprovado e que pelo facto de ser um ano eleitoral ter de se começar tudo do zero. Por outro lado, existe o risco de ascensão de algum fenómeno populista, o que também traria constrangimentos.

O Deputado José San-Bento questionou qual a expectativa do Governo em relação ao quadro plurianual e se veria com bons olhos a abertura de uma casa dos Açores no Havai e se o Governo estaria na disposição de financiar uma reedição do livro de Ferraz da Rosa "Açorianidade e Autonomia".

O Secretário Regional respondeu que em relação a instalação de uma casa dos Açores no Havai considera difícil, atendendo a que essa comunidade não fala português e considera que seria interessante a reedição do livro de Ferraz da Rosa.

O Deputado Jorge Paiva questionou que eventos estão previstos para a juventude.

O Secretário Regional respondeu que estão previstos cursos com alunos.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

O Deputado António Lima questionou se o governo considera que, no caso do Posei, os Açores já não terão possibilidade de aumento dos fundos, mas sim de manutenção. Questionou ainda o que o Governo pode fazer para ajudar emigrantes na obtenção da documentação necessária para requerer a sua reforma.

O Secretário Regional respondeu, em relação ao Posei, que neste momento não seja possível melhorar os níveis de financiamento do próximo quadro plurianual e nesse contexto a meta deverá ser a manutenção. Relativamente ao apoio aos nossos emigrantes referiu que o Governo envia um técnico a todos os concelhos uma vez por ano para auxiliar essas pessoas.